



Dar contraceptivos a alunos dependerá de avaliação técnica

Sofia Rodrigues

Oposição de esquerda acusa os socialistas de recuar na proposta inicial sobre preservativos e critica solução final por ser "ambígua"

● O acesso aos métodos contraceptivos pelos alunos nas escolas vai depender da avaliação dos gabinetes de informação e apoio a funcionar nos estabelecimentos de ensino em articulação com os centros de saúde. Este é o espírito da proposta socialista, aprovada ontem em votação pelos deputados na especialidade no âmbito do projecto de lei sobre

o regime de educação sexual nas escolas.

A fórmula encontrada pelo PS sobre a disponibilização de preservativos e outros métodos contraceptivos nas escolas foi apenas aprovada com os votos dos socialistas e atraiu críticas à esquerda e à direita.

O texto final estabeleceu que "o gabinete de informação e apoio, em articulação com as unidades de saúde, assegura aos alunos o acesso aos meios contraceptivos adequados". Uma solução que fica longe do projecto de lei inicial do PS e que era mais taxativo na disponibilização de preservativos aos alunos.

Enquanto os deputados mais à direita (CDS e deputado não inscrito) não querem entregar à escola a capacidade de disponibilizar con-

Três propostas

A educação sexual nas escolas foi suscitada por projectos de lei do Bloco de Esquerda e do PCP aos quais se juntou um iniciativa do PS. O primeiro foi logo chumbado, enquanto o segundo baixou à comissão para discussão na especialidade em conjunto com o projecto socialista.

traceptivos aos alunos, os socialistas-democratas alinharam por uma das críticas vindas da esquerda. "O PS deixou uma norma muito aberta", disse Pedro Duarte.

PCP, BE e a deputada não inscrita

Luísa Mesquita insistiram na acusação e consideraram a solução do PS "ambígua". E acrescentaram que se trata de "um recuo". Ana Drago, do Bloco de Esquerda, perguntou se, com este texto, "vai ou não haver distribuição gratuita de preservativos nas escolas".

"Depende do caso em concreto", respondeu mais tarde aos jornalistas o deputado socialista Pedro Nuno Santos, depois de admitir aos deputados que a proposta socialista "procurou responder a consensos internos e na sociedade".

Pedro Nuno Santos reconhece também que os socialistas não quiseram ser mais claros e que a lei confere aos técnicos a capacidade para escolherem que alunos podem receber preservativos, pílulas e até

pílulas do dia seguinte. "Não queremos dizer mais do que está na lei, quisemos dar os instrumentos aos gabinetes de informação e apoio, em articulação com os centros de saúde", disse o autor do projecto de lei do PS.

Na mesma iniciativa legislativa, o PS acolheu uma proposta do PSD e fez aprovar a criação de "um espaço na Internet" para permitir aos gabinetes de informação responder de imediato às perguntas dos alunos.

À luz do diploma, as novas regras sobre educação sexual devem entrar em vigor já no próximo ano lectivo 2009/2010 e os gabinetes de informação devem estar a funcionar em todos os agrupamentos escolares no ano seguinte.